

CAPACITISMO: DIVERSIDADE NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE

Data de submissão: 03/07/2023

Data de aceite: 01/08/2023

Estela Costa Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS
Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS
Pouso Alegre, Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/3845261787594038>

RESUMO: Atualmente, muito se discute sobre a inclusão de todos os alunos nas escolas regulares. Entretanto, muitas barreiras ainda precisam ser derrubadas. Dentre os diversos desafios para a inclusão, discutimos o capacitismo que é entendido como uma ideia que considera a pessoa com deficiência como incapaz de realizar atividades ou tomar decisões por si mesma. O pensamento capacitista menospreza a pessoa com deficiência, considerando-a como menor ou menos importante. Historicamente, aprendemos a segregar o que consideramos diferente e isto não foi diferente com as pessoas com deficiência. Mesmo com a legislação respaldando a permanência nas escolas, as pessoas com deficiência, muitas vezes, são vistas apenas através de seus laudos médicos. A maneira como vemos a deficiência está

relacionada com a forma de tratamento social e influencia às escolhas de métodos e estratégias de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é explorar os conceitos sobre capacitismo no contexto escolar e instigar a compreensão e discussão sobre o assunto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa realizada inicialmente nas bases de dados SciELO, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e consultas em palestras e minicursos disponíveis *online* sobre o tema. Esperamos que os assuntos, brevemente comentados neste trabalho, incentivem as discussões sobre o tema. Além de aguçar o debate sobre metodologias de ensino e aprendizagem e a organização do ambiente escolar voltadas para a inclusão de todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Pessoa com deficiência. Educação Inclusiva. Capacitismo.

CAPACITISM: DIVERSITY IN SCHOOLS AND SOCIETY

ABSTRACT: Currently, much is discussed about the inclusion of all students in regular schools. However, many barriers still need

to be overcome. Among the various challenges for inclusion, we discuss capacitism, which is understood as an idea that considers disabilities people as incapable of carrying out activities or making decisions for themselves. Capacitist thinking despises disabilities people, considering them minor or less important. Historically, we have learned to segregate what we consider different and this was no different with disabilities people. Even with the legislation supporting the permanence in schools, disabilities people are often seen only through their medical reports. The way we see disability is related to the form of social treatment and influences the choice of teaching and learning methods and strategies. Thus, the objective of this work is to explore the concepts of capacitism in the school context and instigate the understanding and discussion on the subject. This is a bibliographic research with a qualitative approach, initially carried out in the SciELO databases, in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations and consultations in lectures and short courses available online on the subject. We hope that paper, briefly discussed in this work, encourage discussions on the subject. In addition to sharpening the debate on teaching and learning methodologies and the organization of the school environment aimed at the inclusion of all students.

KEYWORDS: Inclusion. Disabilities People. Inclusive Educacion. Capacitism.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema muito debatido hoje em dia. Porém, as pesquisas se restringem, principalmente, as áreas de educação especial, psicologia e biomedicina (MELLO, 2019). Discutir condições de acesso e permanência na escola implica em repensar padrões e conceitos de normalidade e de aprendizagem. Precisamos entender que igualdade e diferença devem caminhar juntas para uma educação realmente inclusiva. Devemos assegurar a cidadania, o acesso universal e a garantia do direito de todos os alunos à participação nos diferentes espaços da estrutura social (DUTRA, 2006).

A legislação brasileira contempla o tema da Educação Especial de maneira prolixa. Mas, o processo de inclusão não se faz apenas com respaldo legislativo, são necessárias mudanças no contexto socioeconômico, cultural e de planejamento contínuo, alterando valores da sociedade como um todo (BUENO, 1993).

Historicamente, de acordo com Diniz (2007), a pessoa com deficiência foi vista através de diferentes concepções. Carregamos um encargo histórico de preconceito e desvalorização da pessoa com deficiência. Com forte influência religiosa, durante o período da Idade Média, a deficiência foi vista como um castigo divino pelos pecados cometidos. Então, as pessoas com deficiência eram segregadas do convívio, punidas e, até mesmo, sacrificadas. Ainda sob forte influência religiosa, temos um período de benevolência e as pessoas com deficiência são vistas através de uma vida sofrida e, por isso, merecem a piedade dos demais. Infelizmente, o sentido de piedade é na direção de considerar a pessoa com deficiência como um coitado, e não no sentido de ter empatia pelo outro, essa concepção ficou conhecida como modelo caritativo da deficiência.

Com o avanço dos tratamentos médicos e com o surgimento de centros de tratamento da deficiência, a concepção biomédica se consolida. Apesar de ser um avanço no olhar para a pessoa com deficiência, o modelo biomédico ainda carrega inúmeros preconceitos. Pois, deriva de um contexto histórico em que a pessoa com deficiência não era vista em sua integridade enquanto ser humano (ARAÚJO; CUNHA, 2020). Enxerga a pessoa com deficiência apenas mediante sua lesão e/ou como um fato isolado. Assim, a sociedade se isentava de sua responsabilidade, já que na concepção biomédica, a deficiência é uma tragédia pessoal, individual e biológica que deve ser combatida através de tratamentos com intuito de normalizar a pessoa. A ideia de normalização está associada a um padrão que nos é imposto socialmente. Quando algo não se encaixa nos nossos padrões somos direcionados a classificá-lo como inferior, menor, incapaz ou anormal (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021). E, as pessoas são indiretamente culpabilizadas e responsabilizadas pelas suas diferenças.

Neste contexto, há uma tentativa de isentar a família e a sociedade do “peso” de conviver e educar uma pessoa que não corresponde aos padrões de normalidade impostos pela sociedade, a solução encontrada foi segregá-lo. Essa política de “favor” limita o desenvolvimento da educação (BUENO, 1993). Dessa forma, entendemos atualmente, que o ensino e a aprendizagem de maneira segregados não é recomendado, pois torna a educação simplória e descontextualizada da realidade. Como a ideia da inclusão está fundamentada em uma filosofia de reconhecimento e aceitação da diversidade na vida em sociedade, não faz sentido a segregação e/ou a exclusão de alunos das aulas e escolas. Entendemos que manter a diversidade em sala é imprescindível para aumentar as oportunidades de aprendizado de todos.

A política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) corrobora com a ideia de que a educação inclusiva está fundamentada na concepção dos direitos humanos no sentido de considerar igualdade e diferenças como valores indissociáveis, seguindo na direção da busca por equidade dentro e fora da escola.

Dentre os diversos desafios enfrentados na busca pela inclusão, esbarramos com o capacitismo. Quando a pessoa com deficiência é vista como incapaz ou inapta para realizar tarefas como trabalhar ou tomar decisões próprias enquanto sujeito autônomo e independente, estamos configurando uma lógica capacitista. Essa ideia advém da proposição compulsória de um corpo ideal, então tudo o que foge deste ideal é colocado como menos humano ou anormal (ANDRADE, 2015). Nos dias de hoje, ainda encontramos traços da concepção caritativa e biomédica no olhar para com a pessoa com deficiência. Muitas vezes, o capacitismo vem ancorado em uma suposta ajuda ou cuidado. Entretanto, alguns “cuidados” carregam uma ideia de incapacidade e/ou inferioridade, objetificando a pessoa e desconsiderando suas decisões.

O objetivo deste trabalho é explorar os conceitos sobre capacitismo e instigar a compreensão e discussão sobre o assunto no ambiente escolar. A necessidade de discutir

os processos de inclusão, de repensar o ambiente escolar na busca por uma educação crítica e de qualidade, justifica esta pesquisa. Entendemos que para incluir não basta estar junto, é preciso pertencer ao ambiente. Dessa forma, o capacitismo é um empecilho para o ensino e aprendizagem do aluno, já que pressupõe a pessoa com deficiência como alguém menor, ou menos importante, contrariando a ideia de equidade escolar. Nossos preconceitos precisam ser superados para alcançarmos uma educação verdadeiramente crítica e compromissada com a sociedade.

Neste trabalho, a pesquisa inicial foi realizada nas bases de dados SciELO e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Também foram consultados palestras e minicursos disponíveis *online* sobre o tema. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Este trabalho visa explorar os conceitos sobre capacitismo no contexto escolar e instigar a compreensão e discussão sobre o assunto. Assim, a compreensão se dará pela trajetória percorrida, podendo ser reconfigurada para descrever com maior profundidade os aspectos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por muito tempo, a pessoa com deficiência foi vista como incapaz, anormal e deveria ficar alheia a sociedade. Esse pensamento, segregou e humilhou pessoas por anos. Até os dias de hoje, a deficiência, muitas vezes, é vista como um parecer médico. Nas escolas, não é incomum, frases como “este aluno não pode reprovar, pois possui laudo médico”. Afirmações como essa, mostram um carácter capacitista, isentando a escola de qualquer responsabilidade com o aprendizado deste aluno. Essa alegação mostra uma ideia de que pessoas com deficiência não são capazes de aprender e participar da vida em sociedade, fazendo alusão ao modelo caritativo e biomédico da deficiência.

A realidade mostra o isolamento das pessoas com deficiência, que precisam lutar por direitos básicos de educação, moradia, emprego e convívio social. Relatos de crianças que não conseguem se adaptar e permanecer sentadas em uma sala de aula são constantes. Refletindo sobre isso, nos perguntamos: estamos culpabilizando as crianças por serem diferentes?; a busca por mudança e adaptação precisa vir da criança?; ou seria a escola que está ambientada em caixas desconectadas e insiste em categorizar pessoas?; apenas as pessoas com deficiência sofrem com a excessiva categorização e tradicionalismo escolar?; até quando nossa estrutura escolar será organizada por padrões que já não nos cabem mais?

É claro que para quem está no chão da escola, dia a dia convivendo com as dificuldades de uma sala de aula, essas reflexões parecem utópicas e, talvez o sejam. Mas, o que estou querendo dizer é que não deveríamos ter a necessidade de adaptar nossos conteúdos e metodologias de ensino para um indivíduo específico. Deveríamos ter uma ambiência escolar que contemplasse a diversidade e fosse por si só adaptável

e mutável. Precisamos de uma escola Inclusiva. Mas como? Não há resposta ou receita para isso. Primeiramente, e ainda muito longe deste ideal, precisamos reconhecer nossas limitações, nossos preconceitos e nossos medos de mudança. Só assim poderemos atribuir a real responsabilidade pelo processo de ensino e de aprendizagem em cada indivíduo que o compõe. Em linhas gerais, as escolas são responsáveis por construir um ambiente acolhedor, fazer o intermédio entre os alunos, professores e responsáveis e dar suporte às diferentes necessidades educacionais. Os professores têm o dever de conduzir o conteúdo e mostrar novas possibilidades para os seus alunos. A sociedade carece de participar ativamente na busca por uma estrutura mais justa e igualitária. E a ação de aprender é uma responsabilidade do aluno. Só ele é capaz de construir seu próprio conhecimento, utilizando o professor, a sociedade e a escola como aliados nesta etapa.

Precisamos abandonar nossas concepções higienistas da sociedade. Ideias que corroboram com a exclusão, integração e segregação não podem ser vistas como razoáveis. “As pessoas não são definidas exclusivamente pela sua lesão, existe uma completude de características que abarca essa variação corporal e funcional e esta vai além do diagnóstico clínico” (BOCK; GESSER; NUERNBERG, 2018, p. 145). Independente do laudo médico apresentado, a escola tem obrigações com esse aluno, devendo ensinar, avaliar seu progresso e adequar situações para um melhor aprendizado dentro das possibilidades escolares que temos hoje.

Diniz (2007) ressalta que o preconceito com a pessoa com deficiência se assemelha a opressão sofrida pelo racismo ou sexismo. Dessa forma,

[...] não é mais uma simples expressão social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, tais como sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente (DINIZ, 2007, p.1).

Mello (2016) define capacitismo como a maneira como as pessoas com deficiência são tratadas como incapazes para trabalhar, estudar ou tomar decisões, comparando as demandas das pessoas com deficiência às discriminações sociais como racismo e homofobia. O capacitismo aparece, muitas vezes, como uma tentativa de ajudar o outro, de exaltar suas conquistas ou de cumprimentar suas realizações. Nem sempre as pessoas necessitam (ou querem) ajuda e suas decisões devem ser respeitadas. Mesmo que haja a intenção de ajudar, não se deve impor a maneira que algo será feito com o outro. Essas “boas intenções” vêm acompanhadas de uma ideia de incapacidade e anulação de sua voz. A pessoa com deficiência é elogiada por ser e/ou fazer o mesmo que as outras pessoas fazem, não é exaltada por conquistas, mas por (r)existir com deficiência. Elogios vazios causam embaraçamento em quem os recebe, constrangendo as pessoas com deficiência.

Desde a década de 1960 o modelo social da deficiência vem sendo discutido. Nesta concepção, a deficiência deixa de ser vista como responsabilidade da pessoa com deficiência na busca por tratamentos que visem a normalização do ser e passa a ser vista como uma responsabilidade da sociedade, que deve acomodar as diferenças eliminando as barreiras para a participação de todos em igualdade. O modelo social possui um aporte teórico condizente com as necessidades educacionais, já que identifica barreiras na escola e na sociedade que dificultam ou impedem a participação de todas as pessoas em colaboração (SOUZA, 2021). Este modelo possui atualizações e já se discute sobre a necessidade do cuidado e como devemos incorporar essa falta em nossa sociedade.

De acordo com BOCK; GESSER; NUERNBERG (2018), os processos de ensino e de aprendizagem trazem consigo um legado de segregação social e, conseqüentemente, não acolhem a diversidade em sala de aula, perpetuando a normalização do ser e acentuando o capacitismo. Compreendemos que a transformação do ambiente escolar, em um local de acolhimento e colaboração é necessária para a eliminação de barreiras e para a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

Dessa forma, a escola deve deixar as ideias que corroboram com a segregação e integração, já superadas pela legislação brasileira, e buscar um aprofundamento de metodologias colaborativas e participativas com intuito de incluir todos os alunos e proporcionar uma aprendizagem plena e crítica.

Ressaltando que para que inclusão aconteça é necessário trabalho conjunto entre escola, família e sociedade. Cada pessoa, deve assumir sua responsabilidade na criação de uma sociedade inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como entendemos a deficiência, acarreta em alterações no tratamento e nas práticas de ensino e aprendizagem. Vimos que, a pessoa com deficiência, foi entendida como incapaz e segregada do convívio social. Mesmo hoje, com a legislação respaldando o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas escolas, diversas barreiras são impostas. Uma breve discussão sobre o capacitismo e as formas de enfrentamento e percepção do problema foram apresentadas. Não devemos entender a deficiência apenas como uma lesão que deve ser tratada para a normalização do ser. A pessoa com deficiência não deve ser definida apenas por um laudo, pois todos somos mais do que um diagnóstico.

Esperamos que este trabalho possa contribuir, mesmo que modestamente, para incentivar a discussão sobre a inclusão e repensar práticas capacitistas nas escolas. Entendemos que o pertencimento de todos no ambiente escolar é essencial para uma aprendizagem crítica e transformadora.

Assegurar direitos e deveres das pessoas com deficiência é um primeiro passo para que a inclusão ocorra. Pessoas com deficiência devem ser estimuladas em um ambiente escolar para desenvolver suas habilidades acadêmicas assim como as pessoas sem deficiência. Devemos destacar que deficiência não é sinônimo de incapacidade. Evidenciamos ainda que diferença e igualdade devem andar juntas, pois valorizar nossas diferenças é essencial na busca por igualdade.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à CAPES pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sidney. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? **As gordas**. Disponível em: <[https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que- %C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e](https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e)>. Acesso: 14 out 2022.

ARAÚJO, Naim Rodrigues de; CUNHA, Chales Moreira. Interpretação do modelo social de deficiência a partir do conceito de normalidade de Canguilhem. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, v. 25, Dossiê, 2020.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 143-160, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ntsFQKh3yqVMvJCpyWfQd4y/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 17 out 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**, col. primeiros passos, ed. brasiliense.1 ed. 2007. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf> Acesso: 17 out 2022.

DUTRA, Cláudia Pereira. Editorial. In: Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Ano 2, n. 3, dez de 2006.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021.

MELLO, Anahi Guedes de. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, S.; CALDAS, S. (org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 166 p. 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, Ciênc. saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.10. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>.> Acesso: 17 out 2022.

SOUSA, Vanessa Castro Alves de. **O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Paraíba, 2021.